

## **GESTÃO PÚBLICA, INTERIORIZAÇÃO E ECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO: um estudo em Vitória De Santo Antão – PE – Brasil**

Cristóvão de Souza Brito<sup>1</sup>

Fabíola Michelle Lemos<sup>2</sup>

Fernando Pontual de Souza Leão Júnior<sup>3</sup>

### **RESUMO**

O trabalho avalia as mudanças estruturais ocorridas no Município de Vitória de Santo Antão, Pernambuco, após a duplicação do trecho da BR-232 que liga Recife à Cidade de Caruaru, a qual resultou na transferência para a periferia de um trecho que cortava a parte central da Cidade. O objetivo foi o de evidenciar, em recortes temporais tratados na metodologia descritiva do estudo, os impactos observados antes, durante e após o início da obra, no tocante às perdas e ganhos socioeconômicos decorrentes de tal decisão. Os resultados ocorridos surpreenderam positivamente (o crescente número de empresas e de empregos gerados), contrariando as expectativas assumidas pela sociedade local acerca dos prejuízos econômicos que adviriam da resolução. Todavia, logo se fizeram perceptíveis os ganhos que induzem à crença de que lá se gesta uma economia de aglomeração. Confirmatórios são os indicadores socioeconômicos revelados pelo estudo, transcorrida mais de uma década do término da duplicação.

**Palavras-chave:** Interiorização do desenvolvimento; gestão pública; economias de aglomeração.

### **ABSTRACT**

This Research evaluated the structural changes occurred in Vitoria de Santo Antão City, Pernambuco, after the BR 232 highway duplication, that linked the province Capital, Recife, to Caruaru City, other important economic center, that results on part of highway deviation from Vitória downtown to a city peripheral area. The objective was to evidence, in specified temporal spaces, like explained in this work descriptive methodology, the social and economic impacts elapsed by this decision. The results were positively surprising (the growing number of companies and jobs generated), contrary to the expectations assumed by the local society about the economic losses

that would result from the resolution. However, soon the social and economic gains were evident, that possibly to say that there exists the born of an agglomeration economy. It can be explained by the expressivity and magnitude of socioeconomic indicators revealed by research, after passed more than ten years of highway duplication.

**Keywords:** Development internalization; public administration; agglomeration economies.

## 1 – INTRODUÇÃO

O reordenamento territorial das chamadas atividades produtivas está acontecendo continuamente em todo o mundo e novas localidades estão sendo desbravadas para aportar atividades industriais e seus respectivos processos produtivos, demarcando assim novos espaços geopolíticos e econômicos. Boa parte de estudiosos acerca deste assunto associam esta mudança como consequência de inovações nas formas e nos modos de produção e de organização industriais, como também, a fatores relacionados à globalização e à abertura das economias nacionais (SIMÕES; AMARAL, 2011).

Nesse contexto, o esforço dispendido, ao longo de vários governos em Pernambuco, produziu e ainda está produzindo uma demanda crescente de diversas empresas para se instalarem em polos industriais e de serviços, implementados e zoneados conforme a vocação econômica das microrregiões do Estado. Para tanto, se vem incentivando a descentralização do desenvolvimento da produção industrial para várias cidades do interior, através do Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco – PRODEPE (Lei 11675/99) propiciando a chamada interiorização da economia, através da qual estão sendo criados vários distritos industriais.

Essa nova vinda de empresas industriais para o Estado está requalificando vários locais como centros de produção e realinhando a economia dessas microrregiões. Neste sentido, o objeto de estudo deste artigo é analisar o novo cenário econômico ostentado pelo Município de Vitória de Santo Antão – PE, a partir da duplicação e do desvio da BR-232, iniciada em agosto de 2000. Análise esta, objetivada pela avaliação dos impactos e resultados alcançados na promoção de um desenvolvimento local sustentável. A proposta não é somente a de apresentar o desempenho da economia local através das informações e indicações obtidas, mas

sim, observar se esse processo de desenvolvimento também possui características voltadas para as esferas social, ambiental e também econômica, as quais formam o tripé do que se conceitua como desenvolvimento sustentável.

Acresça-se que a problemática deste estudo surge exatamente da necessidade de se examinar se as políticas públicas de desenvolvimento econômico para o Município, via PRODEPE, e a correspondente ação dos investidores se traduzem em evidências fáticas que caracterizem o surgimento de uma novel economia de aglomeração no Estado de Pernambuco.

Com a pretensão de estabelecer uma diagnose acerca do recente processo de industrialização do município, uma questão se coloca como norteadora para o mencionado esforço analítico: como evidenciar os impactos para a socioeconomia do Município de Vitória de Santo Antão em consequência do processo de expansão da industrialização observado no município após a duplicação e desvio da BR-232 para a periferia da Cidade?

O pressuposto a conduzir o delineamento da problemática exposta precedentemente, se prende a uma razão de ordem lógica, que a seguir se explicita: se o processo de expansão da industrialização cria para a Cidade de Vitória de Santo Antão as evidências de uma economia de aglomeração (GALINARI et al, 2007), então é de se esperar, a priori, que tal processo lhe resulte em um benefício marginal líquido, na medida em que as oportunidades e externalidades positivas venham a se sobrepor aos impactos negativos.

Em termos mais gerais, objetivou-se evidenciar o novo cenário econômico do Município de Vitória de Santo Antão – PE, a partir da duplicação e do desvio da BR-232, levando em conta os impactos e resultados alcançados em termos da geração de recursos financeiros essenciais ao exercício da governança pública municipal. Mais especificamente, buscou-se investigar as causas do desvio da BR-232 para a periferia do Município, no período de sua duplicação, no trecho Recife-Caruaru e analisar o processo de crescimento econômico da cidade através das políticas governamentais, desde então (2000 a 2012).

Para conseguir criar um desdobramento interessante aos objetivos propostos e para que estes não apresentassem características relacionadas a um simples

crescimento econômico, mas também que inferissem se tal crescimento revela indícios de desenvolvimento econômico e tendência aglomerante, propôs-se o seguinte fio de condução metodológico: realizou-se uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental acerca do tema apresentado, específico para o Município; procedeu-se a uma revisão dos aportes teóricos que concernem ao estudo do desenvolvimento econômico e aos *trade-offs* que perpassam as questões conceituais acerca de crescimento e desenvolvimento econômico e procedeu-se a uma prospecção de indicadores econômicos que serviram de base às avaliações exigidas. Os referenciais, parâmetros e indicadores utilizados, viabilizaram o processo de análise ao permitirem inferências e comparações que embasaram juízos de valor.

Feitas as considerações iniciais, passa-se, nas seções em sequência, ao desenvolvimento descritivo e articulado do processo de investigação e análise acerca da temática proposta e a uma diagnose dos resultados pesquisados.

## **2 – REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 – Uma breve reflexão sobre o processo de Industrialização no Brasil**

O Brasil, desde os primórdios de sua colonização até o final da República Velha (1930), caracterizou-se pela preservação de uma tradição primário-exportadora, fruto de sua condição de mero apêndice dos interesses da metrópole portuguesa, tradição que não se modificou, até que uma conjuntura de crises interna (as supersafras de café de 1928 e 1929) e externa (crash da bolsa de Nova York), culminando com a ditadura Vargas, em 1930, se configurasse como propulsora de mudanças exponenciais na economia do País.

Essa conjunção de crises e as políticas de Vargas para vencê-las são reconhecidas por alguns estudiosos como o divisor de águas e ponto de ruptura com a tradição exclusivamente primário-exportadora da economia nacional até 1930. Nesse sentido, o PSI - Programa de Substituição das Importações, implementado por Vargas, teve o condão de internalizar a necessidade de que estes últimos bens, antes importados, passassem a ser produzidos no País, inaugurando um ciclo virtuoso de industrialização que se seguiu com a produção de outros bens.

(FURTADO,1964). Entretanto, o viés industrializante que se originou da congérie de fatos já descritos, se concentrou, de modo preponderante, na Região Sudeste do País, com o Estado de São Paulo se colocando como carro-chefe da economia nacional. O Nordeste, descontada, a remota fase áurea do ciclo açucareiro (1537-1654), participou de forma incipiente dos influxos do crescimento econômico, os quais advieram das mudanças pós anos 1930, em virtude das consequências históricas do processo cíclico da colonização portuguesa no Brasil.

Tal desvio, analisado em profundidade por Furtado (opus cit, 1964), constitui o cerne de um processo histórico de desigualdades regionais que se distribuiu sem alterações relevantes entre os estados nordestinos. Por esta razão, o Município de Vitória de Santo Antão, situado no agreste pernambucano, serve de parâmetro para uma análise criteriosa das políticas de desenvolvimento adotadas no afã de minimizar as referidas desigualdades regionais, (da qual a SUDENE participou de forma significativa até os anos noventa do século passado), ao serem utilizados os construtos teóricos ora apresentados para a aferição de tendências virtuosas ou discrepantes em seu processo de evolução no tempo.

## **2.2 – Uma síntese dos fundamentos teóricos vinculados ao atual paradigma do desenvolvimento econômico.**

### **2.2.1 – Economias de Aglomeração**

Estudos sobre economias de aglomeração começaram a surgir após a Segunda Guerra Mundial, quando a Europa se viu com a necessidade de descentralizar suas economias nacionais, evitando as grandes concentrações de atividades econômicas e de população, como as que ocorreram com Paris, para tentar diminuir a acentuada desigualdade regional que passou a se produzir na França, desde então. A teoria de polos de desenvolvimento foi estudada por François Perroux, em 1955, tornando-se muito importante para o entendimento do desenvolvimento territorial de novas localidades, decorrente do papel da industrialização. Tal como discorre em sua obra, ele afirmou que “*o espaço da economia nacional não é o território da nação, mas o domínio abrangido pelos planos econômicos do governo e dos indivíduos*” (PERROUX, 1967, p.158). Dessume-se, nas entrelinhas de seu enunciado, que a distribuição desproporcional das políticas de desenvolvimento é emuladora natural de desigualdades, se

considerada a expressão mais ampla que é o território nacional.

Um fator muito importante a se observar nas economias de aglomeração é a necessidade de desmistificar e entender as colocações reais sobre os termos “espaço” e “território”. Uma boa discussão retratada por essa questão é trazida por Llorens (2001):

Mas, a partir da perspectiva do desenvolvimento local e regional, interessa-nos basicamente outro conceito diferente, qual seja: o de “território”, que compreende a heterogeneidade e a complexidade do mundo real, suas características ambientais específicas, os atores sociais e sua mobilização em torno das diversas estratégias e projetos e a existência e o acesso aos recursos estratégicos para o desenvolvimento produtivo e empresarial. Em síntese, em face do conceito de espaço como contexto geográfico dado, interessa-nos ressaltar o conceito de território como ator do desenvolvimento. (LLORENS 2001, p. 111).

As economias de aglomeração são formadas através do processo de industrialização ocorrido num determinado espaço geográfico, podendo ser através de políticas de desenvolvimento ou de forma aleatória. Sua formação se dá através de indústrias de grande porte instaladas nas localidades atraindo assim outras de médio e pequeno porte para fazerem parte de um polo de crescimento. “O polo de crescimento tem uma forte identificação geográfica, porque ele é produto das economias de aglomeração geradas pelos complexos industriais, que são liderados pelas indústrias motrizes.” (Souza, 2005 p. 88).

As resultantes desses atributos se evidenciam sob a forma de diversificação do consumo, necessidades coletivas de moradia, transportes e serviços públicos, rendas de localização, entre outras características. Destarte, o polo transforma seu meio geográfico imediato, oxigenando assim, a economia da localidade e promovendo o desenvolvimento local. (LIMA et al 2009, p.8).

Todavia, a criação de um polo de desenvolvimento faz com que se obtenham resultados tantos positivos, quanto negativos. Os quais geram mecanismos de polarização (ou de atração) e de sucção (ou repulsão). Porquanto, à medida que certo volume de produção se faz tecnicamente necessário ao processo de desenvolvimento nacional e ao desempenho e estabilidade de vida de uma região, o seu crescente potencial tendente à concentração e ao desenvolvimento de complementaridades entre suas indústrias, impelem-no a produzir desequilíbrios entre regiões. Isto se não houver ações supervenientes que corrijam e monitorem as

possíveis distorções. Basilar é a recomendação de LIMA: “É preciso conceber eixos de desenvolvimento entre os polos situados em pontos diferentes do território, o que implica em orientações determinadas e duradouras de desenvolvimento territorial”. (LIMA *et al* 2009, p.9).

Desse modo, ao se analisar fenomenologias como as tratadas no presente estudo, há que se reconhecer que as políticas de desenvolvimento regional pós anos 80, ao se originarem do foco municipalista consagrado pela Carta Magna de 1988, ganharam mais eficácia ao se delinearem a partir de esferas de governo (estados e município) mais liberais do poder centralizador prevalecente até 1988. Tais ilações são possíveis a partir de estudos recentes sobre o padrão de crescimento das cidades brasileiras em anos mais recentes.

“As cidades médias passaram a crescer com mais intensidade e, de acordo com o último Censo Demográfico, ganharam mais peso relativo na população total do País. Isso porque a concentração nas grandes metrópoles brasileiras atingiu seu auge no século passado e as deseconomias de aglomeração, em algumas delas, já são maiores do que as economias. Assim, os municípios médios apresentam grandes vantagens e não tem os problemas típicos de grandes concentrações humanas.” (ARAÚJO 2013, p. 165).

O movimento de realocização manufatureira foi determinado por duas forças que se complementaram e que ao mesmo tempo são conflitantes: de um lado o movimento competitivo das grandes empresas transnacionais para ocupar espaços demográficos de mão de obra abundante na ambiência global, e, de outro, as políticas nacionais dos Estados Soberanos nas áreas receptoras das demandas das mencionadas empresas transnacionais. (BELUZZO 2013, p. 105).

Este aspecto avulta ser muito bem considerado, pois remete a características implícitas ao processo de demanda exercido pelas empresas que afluem para o Município de Vitória de Santo Antão, na proporção em que suas investidas se coadunam com o objetivo descrito por Beluzzo, que é o de ampliar os espaços para a expansão territorial em regiões que são desbravadas ou alavancadas para uma economia mais diversificada.

De qualquer modo, como sugerem vários estudiosos das economias de aglomeração, tanto no Brasil (GALINARI *et al*, 2004, *op.cit*; DALBERTO *et al*, 2013; NETO *et al*, 2019), quanto no exterior (FUJITA *et al*, 1996; PARR *et al*, 2001;

PFLÜGER et al, 2016), são concordes em relatar a dificuldade em determinar uma métrica para analisar as economias de aglomeração, em virtude de não serem observadas uniformidades nas mencionadas formações, haja vista que a tipologia variada de observações e estudos realizados, embora apresentem fortes comunalidades, ainda assim, sobressaem características que dificultam uma padronização e uma metodologia de análise.

Todavia, um longo caminho foi percorrido, desde as primeiras teorias acerca de espaços polarizados (CHRISTALLER, 1966) e de polos de desenvolvimento (PERROUX, 1955), e muitas contribuições teóricas foram acrescentadas aos estudos das economias regionais e das economias de aglomeração, entre as quais pontificam: a) o primado da divisão do trabalho objetivado pelo princípio da vantagem comparativa e pelos retornos crescentes de escala; b) os interesses de empresas e de trabalhadores em tais aglomerações decorrem da busca de uma otimização do binômio benefício/custo, e, c) os efeitos da polarização otimizam a relação benefício/custo, nos anos iniciais da formação aglomerante, os quais se tornam cadentes com o passar do tempo, decorrência de efeitos sucção, que são denominados por Plüfger e Tabuchi (2016, op.cit) de “efeito pró-aglomeração do achatamento da vantagem comparativa implícita no modelo”.

### 2.2.2 – Desenvolvimento X Crescimento

Constitui um senso comum, no circuito acadêmico, definir-se crescimento econômico como sendo o aumento contínuo da renda produtiva de uma dada região ou país, e, desenvolvimento como um processo de mudanças sociais e econômicas para a melhoria do bem-estar de uma população. Sachs é um dos muitos autores com esse pensamento, ele destaca que o desenvolvimento é a real oportunidade de uma sociedade usufruir dos seus direitos humanos, desde os políticos e civis, aos econômicos, sociais e culturais, e, por fim dos direitos coletivos. Sachs (2010, p. 22).

Mesmo sabendo que o desenvolvimento é realmente o que se espera para uma sociedade estar no mínimo no caminho para seu estado de bem-estar social, sabe-se também que o crescimento econômico é muito importante para esse processo acontecer. Por sua vez, ensina Perroux (1967, p. 164): “O crescimento não



surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia”.

E é nessa busca que a esfera pública governamental tem que intensificar as suas ações e trabalhar para que esses efeitos (os positivos) não sejam passageiros, mas sim, geradores de uma condição propiciadora de um trabalho de longo prazo e realmente chegar a impregnar na cultura da região, de forma programada e sustentada, os fundamentos ordenadores para criar uma economia sólida para a sociedade.

### 2.2.3 – Indicadores

Percebe-se que o processo de desenvolvimento de uma localidade fica mais perceptível se as análises de carácter qualitativo são subsidiadas por indicadores económicos, porquanto são fundamentais, seja por permitirem uma melhor compreensão da situação presente e a projecção das tendências de curto e médio prazos da economia, seja pela versatilidade de uso como parâmetros auxiliares ao processo de tomada de decisões estratégicas dos agentes públicos (governo) e privados (empresas e consumidores).

Os indicadores tomados como referências neste estudo focam-se em estratos de variáveis macroeconómicas: a) nível da atividade (PIB municipal, número de estabelecimentos, números de empregos, população, etc.) e b) setor público (Receitas Municipais Orçamentárias, Correntes, Tributárias e Despesas Municipais Orçamentárias, Correntes, etc). Foi, pois, à luz de algumas dessas indicações, que a pesquisa se serviu para analisar o contexto tratado na parte introdutória do presente artigo, ao terem sido colocados como parâmetros e referências para viabilizar, em parte, a metodologia de trabalho que conduziu as respostas aos objetivos gerais e específicos.

## 3 – ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa descritiva realizada se valeu de um procedimento de trabalho que conciliou o uso documentos e levantamento de fontes secundárias de pesquisa, os quais possibilitaram a transformação de dados em informações de natureza

quantitativa que foram correlacionados em suas possíveis imbricações de causa e efeito, servindo-se, para tanto, do uso de séries temporais (análise estatística) obtidas das referidas fontes secundárias de informação, tais como IBGE, CONDEPE FIDEM, AD DIPER, DATASUS, IPEA DATA, FINBRA, entre outros.

A necessidade de analisar as correlações obtidas imbrica-se com uma irrecusável e breve abordagem de cunho qualitativo que requer do pesquisador a elaboração de um constructo conclusivo que decorre do cruzamento das mencionadas correlações, de modo a que tenha maior confiança de que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular. (GOLDENBERG, 2004 p. 62). E com isso fica clara a importância de estabelecer uma interlocução entre as duas naturezas (quantitativa e qualitativa, logicamente, de acordo com o objetivo de cada pesquisa e com os interesses do pesquisador.

As variáveis trabalhadas (categorias de análise) foram selecionadas de modo a refletirem uma maior aproximação possível com um potencial de esclarecimento às questões da pesquisa, as quais se cingem a aspectos como o nível de emprego da força de trabalho, o número de empresas, o PIB per capita, o desempenho da gestão pública como fatores importantes para uma análise sobre o desenvolvimento econômico de uma localidade. Apresenta-se, a seguir, um quadro exploratório de como foram estruturadas as categorias de análise e as variáveis que as representam no modelo. Utilizou-se o método estatístico das taxas de crescimento de séries temporais acerca dos indicadores nele referenciados para se avaliar, através das taxas médias de crescimento, as relações de causa e efeito entre as variáveis estudadas, de modo a se obter elementos para um diagnóstico acerca da problemática inicialmente proposta.

**Tabela 1:** Indicadores de análise do desenvolvimento econômico.

QUESTÕES	INDICADORES
A Riqueza do Município cresceu ou diminuiu?	PIB municipal
	Número de Empresas

O nível da atividade econômica aumentou ou diminuiu?	Número de Empregos
	Massa Salarial
Como andam as finanças do Município enquanto indicadores de boa governança?	Receitas Públicas Municipais
	Receitas Próprias Municipais
	Despesas Públicas
DESIGUALDADE aumentou ou diminuiu?	PIB per capita

Fonte: Autores

### 3.1.1 – Análise Documental

A pesquisa documental que dá suporte à busca de respostas para a problemática enunciada no início deste artigo, em termos do corte temporal em que ocorreu a duplicação e o desvio do trecho da BR-232 que passava pelo centro de Vitória de Santo Antão para a sua periferia e seus posteriores impactos sobre a economia da Cidade (2001 a 2012), é bastante pródiga em evidenciar um ciclo virtuoso de investimentos e de injeção de recursos que advieram das três esferas públicas e de recursos privados. Os quais para lá acorreram em função de uma política de incentivos fiscais atraentes ao capital empresarial.

É relevante frisar que, a partir de 2003, primeiro ano do primeiro mandato do Presidente Luís Inácio “Lula” da Silva até o ano de 2012, segundo ano do primeiro mandato da Presidente Dilma, a convergência de ações das três esferas de governo, pode ser reconhecida como razão propulsora do estímulo ao crescimento industrial do Município, através de programas como o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento (federal), o PNDR I – Programa Nacional de Desenvolvimento Regional (federal), os esquemas de incentivos da AD-DIPER – Administração dos Distritos Industriais de Pernambuco (estadual), o PRODEPE – Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (estadual), a duplicação da BR-232 (estadual) e mecanismos de incentivos a nível local (municipal).

Concomitante com as políticas de investimentos governamentais, a criação e ampliação de programas sociais como Bolsa Família e Fome Zero, como

mecanismos de inclusão social, propiciaram o incremento da renda local, principal determinante para a emulação e expansão do mercado. Dados da CGU – Controladoria Geral da União dão conta de que o volume de recursos recebidos pelo Município à guisa do Bolsa Família, evoluiu de pouco mais de seis milhões de reais, em 2004, para quase trinta milhões de reais, em 2012. (CGU, Portal da Transparência)

A conjunção de programas sociais com programas de inspiração desenvolvimentista coincide com o gradual processo de industrialização e com a instalação de várias empresas na cidade de Vitória de Santo Antão, dando início a um processo de polarização que afeta não só a cidade, mas os municípios vizinhos.

### **3.1.2 – Análise dos dados**

#### **A análise do primeiro recorte: os impactos da duplicação e do desvio da BR-232 para o Município.**

Este primeiro procedimento consistiu de observar o período de 2000 a 2012 (série histórica disponível), a partir de três recortes temporais específicos discriminados a seguir, os quais se apoiaram, em mensurar o comportamento histórico de variáveis tipicamente econômicas, como o PIB Municipal, as Receitas Correntes e Tributárias do Município e as Despesas Correntes, em termos de aferição de suas respectivas taxas médias geométricas de crescimento anual: Primeiro Recorte 2000 a 2004 – o qual corresponde ao marco temporal da realização da duplicação e desvio da BR-232; Segundo Recorte 2005 a 2012 – que se refere ao início da operação normal da duplicação da BR-232 e do desvio do trecho que cortava a parte central da Cidade (sendo o ano de 2012, o ano limite das informações disponíveis, período no qual a SADIA passou a operar, como indústria motriz. O Terceiro Recorte 2000 a 2012 – que se refere ao período mais longo, no qual se inscrevem os marcos anteriormente descritos, cujo objetivo foi o de mensurar as taxas de crescimento das variáveis descritas, numa perspectiva de interação sinérgica dos impactos de cada recorte sobre o período integral de tempo analisado.

Os resultados expostos a seguir, foram obtidos do FINBRA – Finanças do Brasil – Estados e Municípios, no período considerado e limitado ao ano de 2012 (último ano disponível). As séries evidenciadas foram deflacionadas pelos deflatores

do PIB informados pelo IPEADATA (banco de dados do IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) e se referem a preços correntes do ano 2000.

**QUADRO 1 – Primeiro recorte temporal (2000-2005)**

ANOS	PIB	Taxa Média	Receitas	Taxa Média	Receitas	Taxa Média	Despesas	Taxa Média
	Municipal	Geométrica	Correntes	Geométrica	Tributárias	Geométrica	Correntes	Geométrica
	Em R\$1,00	% a.a.	Em R\$1,00	% a.a.	Em R\$1,00	% a.a.	Em R\$1,00	% a.a.
2000	306.252.000,00		25.402.037,08		1.989.126,01		21.085.135,21	
2001	309.939.092,52		26.100.521,12		2.038.472,76		23.288.282,87	
2002	303.943.781,53		31.184.823,04		3.040.667,07		24.375.603,33	
2003	308.917.050,04		28.391.319,28		2.251.591,79		24.690.278,45	
2004	347.379.930,14	3,20	29.343.180,68	3,67	1.678.702,86	- 4,15	24.017.888,72	3,31

Fonte: FINBRA- Finanças do Brasil/ STN- Secretaria do Tesouro Nacional/Autores

A observação atenta do quadro demonstrado permite evidenciar os crescimentos médios anuais do PIB Municipal, das Receitas Correntes e das Despesas Correntes do Município, respectivamente da ordem de 3,20% a.a, 3,67% a.a. e 3,31% a.a. (taxas médias geométricas anuais), em contraste com a perda da arrecadação das Receitas Tributárias no recorte temporal considerado, da ordem de -4,15% a.a. Por se tratar tipicamente de uma receita própria (portanto, gerada no Município), pode-se inferir o quanto a duplicação e o deslocamento do trecho da BR-232 que cortava a parte central da Cidade para o seu entorno atual, representou de perda para a autonomia financeira da gestão pública, levando a considerar como evidentes os comentários da época de que a Cidade perderia postos de trabalho e arrecadação com a decisão do desvio.

**QUADRO 2 – Segundo marco temporal (2005 a 2012)**

ANOS	PIB	Taxa Média	Receitas	Taxa Média	Receitas	Taxa Média	Despesas	Taxa Média
	Municipal	Geométrica	Correntes	Geométrica	Tributárias	Geométrica	Correntes	Geométrica
	Em R\$1,00	% a.a.	Em R\$1,00	% a.a.	Em R\$1,00	% a.a.	Em R\$1,00	% a.a.
2005	365.535.396,78		33.348.383,35		1.619.164,93		26.384.428,01	
2006	372.846.633,41		38.812.273,39		2.067.504,31		31.912.058,68	
2007	392.010.631,90		45.871.575,59		2.521.381,16		37.169.048,06	
2008	430.737.018,39		49.885.942,31		2.719.531,63		43.514.984,69	
2009	477.623.380,60		46.231.747,28		2.648.220,14		39.972.070,33	
2010	591.922.038,79		47.027.733,87		2.899.077,37		45.609.782,77	
2011	653.483.339,97		57.253.831,98		3.625.882,82		53.013.116,41	
2012	730.297.328,86	10,39	66.138.731,04	10,28	4.460.152,53	15,58	60.759.747,57	12,66

Fonte: FINBRA- Finanças do Brasil/ STN- Secretaria do Tesouro Nacional/Autores

A observação do quadro relativo ao segundo marco mostra, através das taxas

de crescimento, o quanto a entrada em operação da BR-232 e do trecho desviado para a periferia da Cidade representou para o crescimento das variáveis demonstradas, em especial, o crescimento das Receitas Tributárias que passou de negativo, no período das obras de duplicação da rodovia, para um crescimento positivo, com média de 15,58% a.a. As demais variáveis analisadas: PIB Municipal, Receitas Correntes e Despesas Correntes cresceram 10,39% a.a., 10,28% a.a. e 12,66 a.a., respectivamente. Tais constatações são demonstrações patentes de que o período de 2005 a 2012 (fase operacional da duplicação da BR-232) foi fortemente marcado pelo crescimento do PIB Municipal, do incremento na autonomia financeira do município, via geração de receitas próprias (aumento das receitas tributárias) e do aumento da capacidade da gestão pública municipal para realizar despesas e investimentos no Município. Acresça-se o fato de que o deslocamento do trecho da BR-232 que antes cortava a parte central da Cidade parece ter operado no sentido de vocacionar uma área esquecida na periferia que está despontando com a força de uma nova economia de aglomeração. A análise do recorte a seguir, demonstra esta conclusão.

**QUADRO 3 - Terceiro marco temporal (2000 a 2012)**

ANOS	PIB	Taxa Média	Receitas	Taxa Média	Receitas	Taxa Média	Despesas	Taxa Média
	Municipal	Geométrica	Correntes	Geométrica	Tributárias	Geométrica	Correntes	Geométrica
	Em R\$ 1,00	% a.a.	Em R\$1,00	% a.a.	Em R\$1,00	% a.a.	Em R\$1,00	% a.a.
2000	306.252.000,00		25.402.037,08		1.989.126,01		21.085.135,21	
2001	309.939.092,52		26.100.521,12		2.038.472,76		23.288.282,87	
2002	303.943.781,53		31.184.823,04		3.040.667,07		24.375.603,33	
2003	308.917.050,04		28.391.319,28		2.251.591,79		24.690.278,45	
2004	347.379.930,14		29.343.180,68		1.678.702,86		24.017.888,72	
2005	365.535.396,78		33.348.383,35		1.619.164,93		26.384.428,01	
2006	372.846.633,41		38.812.273,39		2.067.504,31		31.912.058,68	
2007	392.010.631,90		45.871.575,59		2.521.381,16		37.169.048,06	
2008	430.737.018,39		49.885.942,31		2.719.531,63		43.514.984,69	
2009	477.623.380,60		46.231.747,28		2.648.220,14		39.972.070,33	
2010	591.922.038,79		47.027.733,87		2.899.077,37		45.609.782,77	
2011	653.483.339,97		57.253.831,98		3.625.882,82		53.013.116,41	
2012	730.297.328,86	7,51	66.138.731,04	8,30	4.460.152,53	6,96	60.759.747,57	9,22

Fonte: FINBRA- Finanças do Brasil/ STN- Secretaria do Tesouro Nacional/Autores.

A observação dos dados expostos no quadro em análise mostra, em relação às conclusões dos quadros anteriores, que as variáveis utilizadas como instrumentos de aferição do crescimento econômico, nesse período mais longo que as série temporais disponibilizam taxas de crescimento anuais bastantes expressivas, em que pese ser perceptível o impacto que os cinco anos iniciais das

séries apresentadas produziram sobre elas. Ainda assim, avulta destacar que o PIB Municipal crescendo a 7,51% a.a. e as Receitas Tributárias iniciando a série com desempenho negativo (ver Quadro 1), o qual foi absorvido e compensado por uma taxa de 6,96% a.a., induz, mais uma vez, a refletir, do ponto de vista puramente econômico, o quanto as mudanças ocorridas na cena urbana de Vitória de Santo Antão produziram de novo na qualidade desse surto de crescimento. Tais mudanças estão, de fato, associadas ao conceito de desenvolvimento sustentável? A averiguação sobre a qualidade desse crescimento conduz à necessidade de explicitação do segundo passo do modelo concebido para obter tal resposta.

### **A análise do segundo recorte: as consequentes evidências de crescimento econômico no Município**

Neste segundo contexto o foco da pesquisa contemplou a observação de variáveis que constituem parâmetros consequentes de aferição do nível da atividade econômica em decorrência do desempenho do PIB e das receitas arrecadadas pelo Município, já analisadas no contexto antecedente. A evolução do PIB e das receitas municipais são indicações irrecusáveis para determinar o comportamento de variáveis como: evolução do número de empresas, evolução do pessoal ocupado, evolução da massa salarial, entre outras. Ambas (evolução do PIB e das receitas do município) pressupõem, em termos de desempenho, as condições favoráveis à expansão dos investimentos e da governança no âmbito municipal. Em virtude dessa constatação, o esforço da pesquisa se concentrou em aferir, utilizando-se de fontes secundárias de informação, o comportamento evolutivo de variáveis como as demonstradas no quadro a seguir:

**QUADRO 4 – Evolução do Número de Empresas, do Pessoal Ocupado, da Massa Salarial e do PIB per capita no Município (2006-2012)**

Anos	Evolução do N° de Empresas (A)	Evolução do Pessoal Ocupado (B)	Massa Salarial R\$ 1.000 (C)	Evolução do PIB Per Capita (D)	Massa Salar. Média p/Empresa (E)=(C)/(A)	Salário Médio Anual (F)=(C)/(B)
2006	1.220	13.397	97.589	701,63	79.991	7.284,39
2007	1.290	14.902	116.784	742,98	90.530	7.836,80
2008	1.492	15.443	123.219	808,95	82.586	7.978,95
2009	1.666	16.155	148.851	823,49	89.346	9.213,93
2010	1.810	16.513	179.834	906,49	99.356	10.890,45
2011	1.875	19.284	248.087	898,28	132.313	12.864,91
2012	2.058	-	-	951,83	-	-
Cresc. Md. Anual(%)	9,11	7,56	20,51	5,21	10,59	12,05

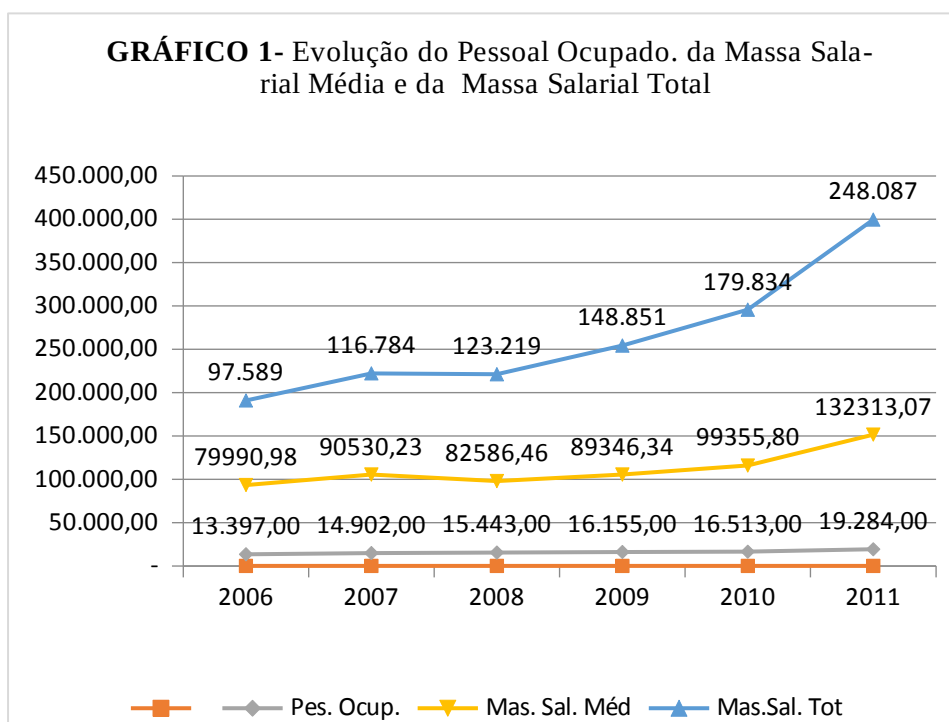
Fonte: IBGE/Cidades/Autores

A observação da Tabela 4 permite concluir que o comportamento evolutivo das variáveis consideradas acompanha o significativo crescimento do PIB do Município tratado na seção anterior. Os dados históricos registrados, disponíveis a partir de 2006, dois anos após a efetiva entrada em operação da BR-232, evidenciam o expressivo crescimento do número de empresas instaladas na Cidade, o qual evoluiu a uma taxa média geométrica anual da ordem de 9,11% ao ano. Os três primeiros anos, de 2006 a 2008, mostram um incremento de 272 novas empresas criadas, período este caracterizado pelo processo de implantação da primeira grande indústria instalada em Vitória de Santo Antão, a Sadia, que desencadeou e favoreceu a aparição de outras indústrias, tanto para servirem de apoio à demanda de serviços gerados pela própria empresa, quanto para o surgimento de outras indústrias de segmentos completamente diferentes. No segundo período, nos anos de 2009 a 2012, quando a Sadia já se encontrava instalada, era deflagrado o segundo ciclo de construção e instalação de outras indústrias. Observa-se uma crescente ainda maior no número de empresas, correspondendo a 566 novas empresas criadas oficialmente. Este crescimento foi muito importante para a Cidade, porquanto a geração de massa salarial (coluna C do quadro em análise), com certeza dinamizou a arrecadação de impostos, e, consecutivamente, o aumento de arrecadação potencializou a capacidade de investimento da gestão pública e melhores condições materiais de governança, ao

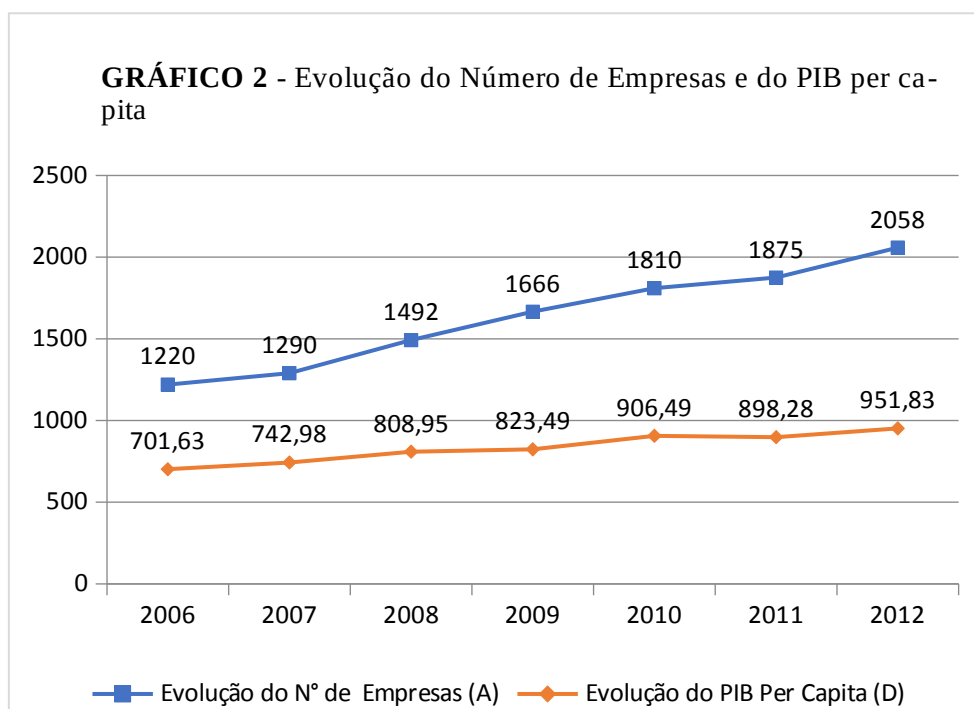


possibilitar a criação de oportunidades para a sociedade e para o processo de desenvolvimento local.

Vale acrescentar que não obstante o destaque já mencionado e relacionado à expressiva taxa de crescimento do número de empresas surgidas no Município, mais significativo foi o crescimento anual da massa salarial que tal contingente de empresas propiciou, o qual correspondeu a uma taxa média geométrica da ordem de 22,51% ao ano (ver coluna C). Complementando as análises relativas ao Quadro 9 destacam-se também os crescimentos médios anuais da evolução do número de pessoas ocupadas (coluna B), do PIB per capita municipal (coluna D), da massa salarial média gerada por cada empresa criada (coluna E) e média salarial anual gerada (coluna F), das ordens de .7,56% a.a., 5,21% a.a., 10,59 % a.a. e 12,05 % a.a., respectivamente. Os Gráficos 1 e 2, a seguir, demonstram a evolução tendencial das variáveis consideradas e já comentadas:



Fonte: IBGE/Cidades/Autores



Fonte: IBGE/Cidades/ Elaborado pelos autores

Ainda neste segundo contexto, cabe analisar o desempenho de variáveis que permitem firmar juízo de valor acerca do aumento das condições de governança para a gestão municipal de Vitória de Santo Antão, no período analisado. A Tabela 5, a seguir, demonstra a evolução de variáveis implicitamente ligadas à arrecadação municipal, cujos desempenhos também são subsidiariamente derivados do desempenho do PIB municipal, já tratado no item anterior:

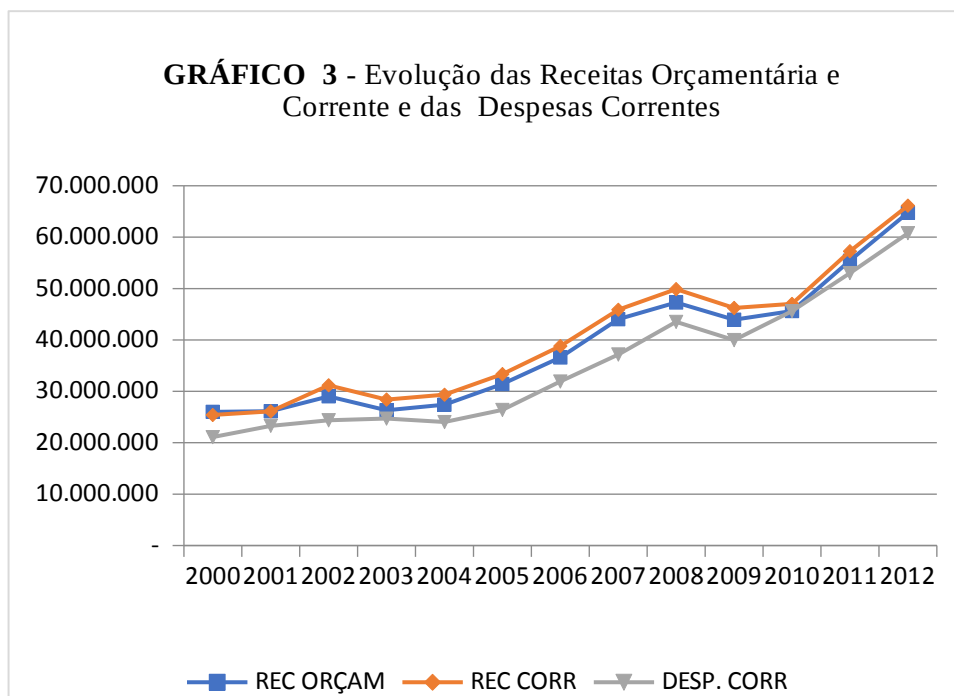
#### QUADRO 5 – Evolução das Receitas Públicas do Município (2000-2012)

ANOS	REC ORÇAM	REC CORR	REC TRIBUT.	REC IMPOST.	REC IPTU	REC ITBI	DESP. CORR	POPULAÇÃO
2000	26.011.280	25.402.037	1.989.126	780.176	235.267	94.411	21.085.135	114.449
2001	26.131.635	26.100.521	2.038.473	1.779.436	217.421	113.455	23.288.283	118.894
2002	29.016.532	31.184.823	3.040.667	2.182.857	157.313	99.941	24.375.603	119.873
2003	26.322.598	28.391.319	2.251.592	1.428.569	132.656	149.415	24.690.278	120.924
2004	27.410.573	29.343.181	1.678.703	1.412.045	679.106	412.061	24.017.889	123.130
2005	31.430.057	33.348.383	1.619.165	1.355.479	708.893	414.476	26.384.428	124.351
2006	36.590.452	38.812.273	2.067.504	1.802.750	808.153	469.661	31.912.059	125.563
2007	44.045.144	45.871.576	2.521.381	2.241.137	987.706	627.873	37.169.048	121.557
2008	47.289.972	49.885.942	2.719.532	2.437.690	1.261.392	920.835	43.514.985	125.681
2009	43.938.127	46.231.747	2.648.220	2.250.104	837.836	486.076	39.972.070	126.399
2010	45.633.000	47.027.734	2.899.077	2.402.967	974.907	613.795	45.609.783	129.974
2011	55.429.219	57.253.832	3.625.883	2.989.715	1.045.523	471.470	53.013.116	130.924
2012	64.760.319	66.138.731	4.460.153	3.868.786	1.572.090	830.183	60.759.748	129.907
Cresc. Anual (%)	7,90	8,30	6,96	14,27	17,15	19,86	9,22	1,06

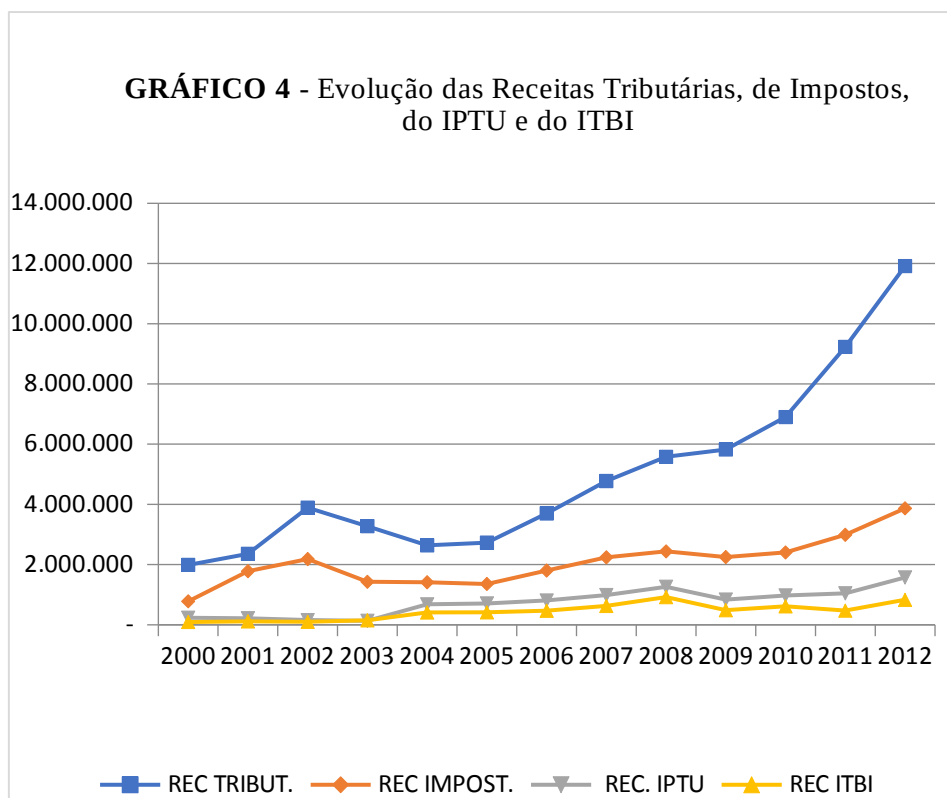
FINBRA/ STN – Finanças do Brasil/ Secretaria do Tesouro Nacional. Dados deflacionados pelos deflatores implícitos do IPEADATA (a preços de 2000).

Uma observação atenta do quadro em análise possibilita uma verificação esclarecedora acerca da evolução das receitas orçamentárias em relação às receitas correntes do Município. Observa-se que nos anos 2000 e 2001 as receitas previstas (orçamentárias) não foram atingidas pelas receitas efetivamente realizadas (correntes). A partir de 2002 pode-se notar que as receitas correntes vão superando as receitas orçamentárias de modo substantivo, evidenciando que com o passar do tempo, a realização de receitas constituiu uma grande alavanca para a gestão pública municipal. Vale esclarecer que as receitas correntes são o somatório de todo o conjunto de receitas auferidas pela gestão pública, envolvendo as arrecadações de tributos (impostos, taxas e contribuições), receitas patrimoniais, agrícolas, industriais e de serviços, entre outras, as quais caracterizam receitas próprias realizadas no âmbito do próprio Município e as demais receitas de transferências do Estado e da União. Neste sentido, há que destacar a atuação da principal componente das receitas correntes: a receita de impostos (componente da receita tributária). Observe-se que esta receita cresceu de forma exponencial a partir de 2003/2004, justamente o ano em que a duplicação e desvio da BR-232 foram inaugurados e as externalidades por ela produzidas parecem ter impactado, também positivamente, as finanças municipais, principalmente pelo fato do crescimento do PIB a preços de mercado contemplar um percentual de carga de impostos, a qual se traduz em receitas públicas. No ano de 2009, ano da entrada em operação da SADIA, a arrecadação de impostos é triplicada em relação ao ano de 2000. Em 2012 a receita tributária é quase duplicada em relação a 2009 (num período de tempo menor). As receitas de ITBI e do IPTU, na qualidade de componentes da receita de impostos, também mostram do ponto de vista da atividade imobiliária, o grande impacto que tais mudanças produziram na composição das receitas geradas no próprio município, crescendo a taxas anuais de 19,85% e 17,15%, respectivamente. Ao final da Tabela 5 são demonstradas as taxas médias geométricas anuais de crescimento de cada uma das variáveis tratadas, através das quais pode-se concluir por inegáveis ganhos per capita nas finanças municipais, quando se confrontam as taxas de crescimento destas variáveis, em especial das despesas correntes

(crescimento médio de 9,22% a.a.), em relação à taxa de crescimento vegetativo da população (crescimento de 1,06% a.a.). Os GRÁFICOS 3 e 4, a seguir, demonstram a evolução das variáveis analisadas:



Fonte: FINBRA- Finanças do Brasil/ STN- Secretaria do Tesouro Nacional/Autores



Fonte: FINBRA- Finanças do Brasil/ STN- Secretaria do Tesouro Nacional/Autores

A visão dos gráficos apresentados corrobora o teor das análises realizadas, na medida em que eles evidenciam a tendência observada de crescimento das finanças municipais. É forçoso acrescentar que o procedimento da análise ao se concentrar apenas em alguns componentes das receitas correntes que constituem receitas próprias (receitas geradas no âmbito do próprio Município) não desconhece que uma conjuntura geral que favorece o crescimento econômico da localidade em estudo, da qual o PIB constitui o principal indicador, se traduz também, e em maior proporção, no crescimento de receitas de transferências constitucionais, provenientes do Estado e da União.

A visão aparentemente simplificadora ou reducionista deste estudo, ao se prender em analisar apenas uma fração das receitas próprias geradas no Município, teve por intuito avaliar se houve incremento da autonomia financeira local, haja vista que esta parece ser uma condição basilar para o aumento na qualidade da governança e para a realização de investimentos públicos não vinculados a uma determinação superveniente. Neste sentido, as evidências são claras, em termos econômicos, muito embora, nesta etapa de análise, ainda não seja possível concluir se elas produziram retornos sociais condizentes com o conceito de desenvolvimento sustentável, o qual será objeto de análise em outro trabalho, o qual consolidará os resultados extraídos da dissertação do segundo autor.

## **4 – PERFIL MUNICIPAL E DISCUSSÃO**

### **4.1 – Aspectos Históricos, Geográficos e Demográficos**

A origem do nome de Santo Antão para o Município aconteceu com a vinda do Português Diogo de Braga que era da ilha de Santo Antão, integrante do arquipélago de Cabo Verde, antiga colônia de Portugal, em 1626. Em terras brasileiras adquiriu fazendas e terras e dedicou-se às atividades agropastoris juntamente com sua família e agregados advindos de Portugal. Foi Diogo de Braga que iniciou o processo de colonização no município, mandou erguer sua residência e uma capela consagrada a Santo Antão, padroeiro da sua ilha de origem e protetor

contra roubo de gado. No ano de 1774, a localidade Braga foi denominada de Santo Antão da Mata. A vitória dos pernambucanos sobre os holandeses no Monte das Tabocas, em 1645, foi incorporada ao nome da localidade que passou a denominar-se Vitória de Santo Antão, muitos anos depois. No ano de 1783, foi criado o Distrito com Topônimo de Vitória de Santo Antão, para recordar do sucesso que os pernambucanos obtiveram na batalha do Monte da Tabocas. Só foi no ano de 1811 que o povoado passou a categoria de município. (IBGE, Cidades).

Vitória de Santo Antão é uma cidade do interior do estado de Pernambuco, região nordeste do País, predominantemente formada pelo bioma de Mata Atlântica. Está situada na zona da mata pernambucana e inserida na microrregião de Vitória de Santo Antão. A cidade está enquadrada pelas seguintes coordenadas geográficas: 8° 07' 11 de Latitude Sul e 35° 17' 58" longitude W de Greenwich. Com esses dados apresentados, observa-se que se situa numa faixa de baixas latitudes, eminentemente tropical, portanto, onde são elevados, durante todo o ano, os valores de insolação. (ARAGÃO, 1983; ÁLVARES et al, 2011).

O município de Vitória de Santo Antão – PE possui uma área de 335,94km<sup>2</sup> na qual residiam 129.974 habitantes, de acordo com o censo de 2010 realizado pelo IBGE, evoluindo para uma população estimada 134.871 habitantes, em 2014. Sua população rural, no ano de 2014, era de 16.545 pessoas e a população urbana era estimada em 113.429 habitantes. A população masculina era constituída de 62.409 homens e a feminina por 67.565 mulheres. A densidade demográfica do Município era da ordem de 348,8 habitantes por quilômetro quadrado.

Sua economia é voltada para a agricultura, o comércio, a indústria e a prestação de serviços. Por ser uma cidade interiorana de médio porte econômico, sua influência se estende para 15 municípios circunvizinhos. (ÁLVARES et al, 2011). Sua principal economia começou com a agricultura, devido à qualidade e o favorecimento do solo para esta atividade, porém com o passar do tempo e o desgaste do solo, foi-se dando espaço para outras atividades, como menciona Aragão (1983, p.33).

A cidade ainda tem uma grande importância na área agrícola, pois nela se cultivam hortaliças, verduras, tuberosas (macaxeira, mandioca e batata-doce) e cana-de-açúcar, sendo abastecedora de produtos hortifrutigranjeiros para Recife e

outras capitais nordestinas como: João Pessoa, Maceió e Natal. Sua produção ocupa quatro polos principais importantes para o abastecimento: Natuba, Pirituba, Galiléia e Oiteirinho. A produção de Cana-de-Açúcar é realizada na localidade das regiões sul e leste, pelo favorecimento da umidade para este tipo de lavoura. (ÁLVARES *et al*, 2011).

O comércio é bastante diversificado na sua oferta de bens e serviços e a cidade possui também uma feira livre com vários produtos funcionando todos os dias. Com o crescimento gradual da população se faz perceptível o aumento do comércio nos bairros periféricos como o do Cajá, o Lídia Queiroz e o Maués. (ÁLVARES *et al*, 2011).

Sua indústria obteve um grande desenvolvimento a partir dos primeiros anos do século atual, com a criação do Parque Industrial José Augusto Ferrer de Moraes, onde se localizam novas empresas já instaladas ou que estão em processo de instalação, perfazendo mais de vinte empresas, entre as quais, citam-se as mais antigas atuando no município, como o Engarrafamento Pitú, a O-I (Owens-Illinois, antiga CIV – Companhia Industrial de Vidros) e a Grupo JB, bem como algumas das mais recentes, com destaques para a Sadia e a Kraft Foods, ambas do ramo alimentício e que são empresas de grande porte. Na realidade, o desenvolvimento do setor industrial da Cidade evidencia-se como sendo de caráter tardio, haja vista que antes da virada para o século atual, as atividades fabris se resumiam a empreendimentos como os da produção de cachaça do Engarrafamento Pitu e da Serra Grande e a engenhos de açúcar.

Existem, atualmente, consultas prévias de 44 empresas tentando se instalarem na Cidade, todas elas direcionadas para o quarto módulo do polo industrial que se encontra em fase de implantação (aprovação de projetos, tramitações, pareceres e licenças). A razão atribuída para esta forte demanda de localização pareceu se respaldar, a priori, numa decisão do Governo do Estado de duplicar a BR-232, a qual, por sua vez, foi induzida pelo Programa de Desenvolvimento de Pernambuco – PRODEPE e pelo seu leque de incentivos fiscais que favoreceram a interiorização, além dos estrangulamentos observados no sistema viário entre a RMR – Região Metropolitana do Recife e o interior do Estado que passou a ser crescente a partir de então (TCE-PE, 2018; JC ONLINE, 2013).

Vale aduzir que, antes da duplicação, a referida rodovia cortava a cidade em sua área central, a qual concentrava as principais atividades de serviços e indústria. Pelo alto custo da desapropriação de imóveis, o Governo Municipal decidiu desviar para a periferia, a parte da rodovia que cortava a sede municipal. Na ocasião, tal como ressaltou José Barbosa, Secretário de Planejamento do Município, a decisão provocou temores bastante justificáveis, já que se esperava um declínio das atividades econômicas, uma vez que o fluxo de automóveis não iria mais existir no centro, arrefecendo a renda gerada no município. No arremate final de sua entrevista resalta: “Essa mudança prejudicou principalmente o comércio de veículos da cidade. Hoje vemos que se a BR tivesse permanecido no centro de Vitória teria prejudicado a expansão da cidade”. (JORNAL DO COMMERCIO, 2013).

Os impactos dessas mudanças remetem a uma necessidade de refletir e analisar conceitos diretamente relacionados aos desafios impostos pelas necessidades de expansão e de desenvolvimento na sociedade vitorienne.

## 4.2 – DISCUSSÃO

A análise dos dois contextos apresentados na metodologia, permite, na confrontação com a revisão de literatura exposta, colocar de modo bastante coerente a discussão dos pontos nodais subjacentes ao problema da pesquisa. O primeiro contexto ao tomar como foco de observação os três marcos temporais que serviram de base para as inferências acerca dos resultados produzidos pela duplicação da BR-232, deixam patentes, de forma incontestada, através das comparações das taxas médias de crescimento do PIB municipal, e das receitas públicas municipais (principalmente as de natureza tributária, por serem vinculadas à evolução do PIB municipal), que as relações de causa e efeito entre tais indicadores permitem:

- a) Considerar como fundados (em relação ao primeiro recorte temporal) os comentários da época de que a Cidade perderia postos de trabalho e arrecadação com a decisão do desvio, tal como salientou o Secretário Municipal José Barbosa;
- b) As análises dos marcos temporais seguintes mostraram que ambos os períodos foram fortemente marcados pelo crescimento expressivos do PIB



Municipal, do incremento na autonomia financeira do município, via geração de receitas próprias (aumento das receitas tributárias) e do aumento da capacidade da gestão pública municipal para realizar despesas e investimentos no Município, principalmente no segundo recorte, período no qual a SADIA passa a operar como indústria motriz ou nuclear. Já o período mais longo do terceiro marco temporal (envoltório dos dois marcos antecedentes), destaca taxas de crescimento anuais bastantes expressivas, em que pese ser perceptível o impacto que os cinco anos iniciais do primeiro marco produziram sobre elas. Tal crescimento parece ser consentâneo com o pensamento de Souza (2005, p.85): “O pólo de crescimento tem uma forte identificação geográfica, porque ele é produto das economias de aglomeração geradas pelos complexos industriais, que são liderados pelas indústrias motrizes”.

Os contrapontos extraídos do segundo contexto no qual foram feitas inferências sobre as categorias de análise relacionadas aos indicadores de nível de atividade mais específicos (número de empresas, número de empregos, massa salarial, etc) contrastados com o indicador base (PIB) e indicadores de governança (receitas e despesas públicas) possibilitam ampliar respostas às indagações da pesquisa. Primeiramente, no tocante a ser factual, ou não, a geração de uma economia de aglomeração e, sequentemente, as inevitáveis questões relativas ao binômio crescimento *versus* desenvolvimento econômico, via observação de redução ou aumento da desigualdade (ainda que sob o estrito e precário foco da evolução histórica do PIB per capita cidadão). Sob tais prismas, os realces decorrentes da confrontação das questões levantadas na pesquisa com a revisão de literatura que a embasou são, a seguir, apresentados:

a) A consideração de uma fenomenologia de crescimento conjunto das categorias de análise elencadas no Quadro 3 e suas respectivas evoluções históricas no lapso temporal apresentado pela pesquisa e expostas nas TABELAS 4 e 5, evidenciaram taxas médias geométricas de crescimento anual expressivas. Tais resultados denotam, sem sombra de dúvidas, que os indicadores de atividade nelas demonstrados, convergem (considerada uma relação de causa e efeito entre elas) para uma constatação de que a duplicação da BR-232 e respectivo desvio de um trecho para fora da centralidade municipal, produziu uma economia de aglomeração que se irradia por todo o município, corroborando a ênfase dada por Perroux (1967,

p. 164): “O crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia”.

b) A observação mais segmentada de cada um desses indicadores de análise destaca, na medida em que a taxa de crescimento do número de empresas, da ordem de 9,11% a.a., confrontada com a taxa de crescimento do número de empregos gerados no mesmo período, da ordem de 7,56% a.a., (ver Tabela 4), ao ser superior a esta última, a tendência à intensificação do uso de capital em detrimento do uso de mão-de-obra, ou seja, o número de empresas absorve, gradualmente, menos mão-de-obra. Referida tendência revela uma das prováveis externalidades negativas causadas pelas economias de aglomeração, os denominados efeitos de sucção que se seguem aos efeitos polarização (ou atração). Para a minimização de tendências como esta avulta ser proverbial a recomendação: “É preciso conceber eixos de desenvolvimento entre os polos situados em pontos diferentes do território, o que implica em orientações determinadas e duradouras de desenvolvimento territorial”. (LIMA *et al* 2009, p.9).

c) Outro registro digno de menção na análise dos dados apresentados se reporta às relações de causa e efeito produzidas de modo encadeado por indicadores intrinsecamente articulados e potencialmente geradores de externalidades positivas e negativas, tais como: evolução do número de empresas, evolução da massa salarial paga pelas empresas, evolução do PIB per capita e a evolução da arrecadação do IPTU e do ITBI. O fato de a massa salarial ter crescido muito mais significativamente (20,51% a.a.) que o número de empresas (9,11% a.a.) indica que a média salarial aumentou após a duplicação, ao mesmo tempo em que o menor crescimento do número de empregos em relação ao número de empresas reforça a evidência de maiores níveis de exigência no tocante à especialização crescente da mão-de-obra. Por sua vez, os aumentos de massa salarial, da média salarial e do número de empregos, representam o conseqüente aumento da arrecadação tributária do ITBI e do IPTU (ver Tabela 5), os quais estão intrinsecamente vinculados à atividade imobiliária do Município. Vale acrescentar que as taxas de crescimento destes dois impostos (19,86% e 17,15%, respectivamente) foram superiores ao crescimento consolidado de todos os tributos municipais (6,96% a.a.), sugerindo a expansão da atividade imobiliária de modo significativo. De um

modo geral, aumento de média salarial, aumento de empresas estão associadas à diversificação do consumo, necessidades coletivas de moradia, transportes e serviços públicos, rendas de localização, entre outras características. Tais conclusões convergem para as constatações de Lima de que o polo de desenvolvimento transforma seu meio geográfico imediato, oxigenando assim, a economia da localidade e promovendo o desenvolvimento local. (LIMA *et al* 2009, p.8).

- d) A questão relacionada ao pressuposto da pesquisa no tocante aos benefícios, em princípio, resultantes do balanço de externalidades positivas e negativas produzidas pela novel economia de aglomeração, ao menos do ponto de vista meramente econômico, pode ser creditado ao fato de que o PIB per capita cresceu de modo expressivo no período (5,21% a.a.), sendo esta uma indicação de influxos positivos ostentados pelo Município. Isto implica em reconhecer o posicionamento de Araújo (2013, p. 165), no tocante aos resultados do último censo: “As cidades médias passaram a crescer com mais intensidade e ganharam mais peso relativo na população total do País”. Os efeitos repulsão ocorridos nos polos de desenvolvimento das grandes metrópoles ao longo do século passado produziram deseconomias de aglomeração, justificando o deslocamento das atividades econômicas para as cidades médias.

## 5 – CONCLUSÃO

A discussão e análise dos dados efetuados no item antecedente confluem para a aceitação de que a duplicação da BR-232 produziu de fato uma polarização natural de atividades econômicas ao longo do seu novo trecho a margear a parte central da Cidade. As vantagens locacionais mais visíveis, depois de transcorridos mais de doze anos da duplicação da rodovia, são justificadoras da economia de aglomeração que se formou no Município de Vitória de Santo Antão, entre elas a grande disponibilidade de terras para o processo de expansão de empresas industriais e de serviços e dos inegáveis atrativos decorrentes dos incentivos fiscais criados pelo PRODEPE (Lei 11.675/99) para a interiorização do desenvolvimento.

As pretensões e objetivos da pesquisa, considerado o foco meramente

econômico das observações e análises foram, em grande parte, respondidas, não obstante se reconheça o caráter parcial do tratamento dado à categoria de análise “desigualdade”, analisada exclusivamente sob a égide do PIB per capita. A respeito desta limitação, há que se destacar que o presente trabalho constitui um excerto de um trabalho mais amplo de dissertação que cobriu uma análise mais abrangente, a qual se aprofundou na questão do desenvolvimento sustentável, mas que por conta de sua extensão será tratado, em caráter de continuação, em outro artigo.

## REFERÊNCIAS

**ÁLVARES**, João. **FERRER**, Pedro. **HOLANDA**, Diva. **JATOBÁ**, Lucivânio. **História da Vitória de Santo Antão. 1983 a 2010**. 1ª Edição. Impressão CEPE. 2011.

**ARAGÃO**, José. **História da Vitória de Santo Antão: da cidade da Vitória à da Vitória de Santo Antão (1843 – 1982) – 2º Volume** - Recife, FIAM/ Centro de Estudos de História Municipal, 1983.

**ARAÚJO**. Tânia Bacelar. **Desenvolvimento Regional Brasileiro e Políticas Públicas Federais no Governo Lula**. p. 157- 171. 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma / Emir Sader (org.). - São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013.

**BARROS**, Alexandre Rands. **Perspectivas do Desenvolvimento de Pernambuco** Revista Econômica do Nordeste. V. 33, número2, abr-jun, Fortaleza – CE, 2002.

**BELUZZO**, Luiz Gonzaga. **Os Anos do Povo**. p. 103-109 em: *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma / Emir Sader (org.)*. - São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013.

**BRASIL**, PEARSON EDUCATION. **Gestão Ambiental**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

**BRUNDTLAND**, G. H. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1987.

**BUARQUE**, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável – metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

**CGU** – Controladoria Geral da União, Portal da Transparência, 2012.

**FINBRA – Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios** [2012] [2011] [2010] [2009] [2008] [2007] [2006] [2005] [2004] [2003] [2002] [2001] [2000] <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-anuais>.

**FURTADO, Celso. Dialética do desenvolvimento.** Editora Fundo de Cultura. 1ª Ed. - Rio de Janeiro – 1964.

**GALINARI, R., CROCCO, M., LEMOS, M. B., BASQUES, M. F. D.** O efeito das economias de aglomeração sobre os salários industriais: uma aplicação ao caso brasileiro R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, 11(3): 391-420, set./dez. 2007.

**GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais – 8ª ed.** - Rio de Janeiro: Record, 2004.

**IBGE. Informações Completas Vitória de Santo Antão.** Disponível em < <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2013/03/31/localizacao-o-trunfo-de-vitoria-de-santo-antao-78042.php> > Acesso em 19 de jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Histórico de Vitória de Santo Antão.** Disponível em < <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2013/03/31/localizacao-o-trunfo-de-vitoria-de-santo-antao-78042.php> > Acesso em 19 de jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Mensal de Emprego.** Disponível em < <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2013/03/31/localizacao-o-trunfo-de-vitoria-de-santo-antao-78042.php> > Acesso em 19 de jun. 2015.

IPEADATA. Deflatores implícitos do PIB. Série 2000 a 2012. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx#>

**JORNAL DO COMMERCIO. Localização, o trunfo de Vitória de Santo Antão.** Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2013/03/31/localizacao-o-trunfo-de-vitoria-de-santo-antao-78042.php> > Acesso em 19 de jun. 2015.

**LIMA, Ana Carolina da Cruz. SIMÕES, Rodrigo Ferreira.** Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

**LLORENS, F. Desenvolvimento Econômico Local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política.** Tradução de Antônio Rubens Pompeu Braga. Rio de Janeiro. BNDS, 2001.

**PERROUX, François. A Economia do século XX.** Porto: Herder, 1967.

**SACHS, Ignacy. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil.** Organizadores: Elimar Pinheiro do Nascimento e João Nildo Vianna – Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

**SIMÕES, R.; AMARAL, P. V.** Interiorização e novas centralidades urbanas: uma visão prospectiva para o Brasil. *Economia*, v. 12, n. 3, p. 553-579, 2011.

**SOUZA, Nali de Jesus. Teoria dos Pólos, Regiões Inteligentes e Sistemas Regionais de Inovação.** *Análise, Revista de Administração da PUCRS*, Porto Alegre, v.16, n.1, p. 87-112, jan./jul. 2005.